

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 526.333 - PR (2014/0129362-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : DIEGO HENRIQUE SILVA DA MATA (PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ MARQUES DE OLIVEIRA COSTA - GO025409
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DIEGO HENRIQUE SILVA DA MATA contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão, 3 anos de reclusão e 3 anos e 4 meses de reclusão, como incurso, respectivamente, nas sanções dos arts. 33, c/c o art. 40, V, ambos da Lei n. 11.343/2006 (fato 1); 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (fato 2); e 273, § 1º-B, I e V, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Da decisão condenatória, tanto a defesa quanto a acusação interpuseram recursos de apelação. O Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo e deu parcial provimento ao da acusação nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 2.162/2.165):

APELAÇÃO CRIMINAL - ART. 33, "CAPUT", E § 4º, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, "CAPUT", DA LEI Nº 10.826/03 E ART. 273, § 1º - B, INCISOS I E V, C/C O ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL - ÉDITO SINGULAR CONDENATÓRIO - RECURSO MINISTERIAL PLEITEANDO A APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 40, INCISO V, DA LEI DE DROGAS (APTE 1) - PARCIAL ACOLHIMENTO - ARGÜIÇÃO PRELIMINAR DE TORTURA NA, FASE POLICIAL COM CERCEAMENTO DE DEFESA E, NO MÉRITO INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA, COM PLEITO ABSOLUTÓRIO OU REFORMA DA PENA APLICADA (APTE 2) - DESACOLHIMENTO - ALEGAÇÃO PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA - IMPROCEDÊNCIA - NO MÉRITO, CARÊNCIA DE PROVAS QUANTO À MATERIALIDADE E AUTORIA (APTES 3) - PROCEDÊNCIA ARGUMENTATIVA DO APELO - ARGÜIÇÕES PRELIMINARES DE DEFICIÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA, TORTURA NA FASE POLICIAL, CERCEAMENTO DE DEFESA, SUSPEIÇÃO DOS POLICIAIS E FLAGRANTE FORJADO - INOCORRÊNCIA - NO MÉRITO, ARGUMENTA-SE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUANTO À MATERIALIDADE E

AUTORIA, COM PEDIDO ABSOLUTÓRIO OU DECLASSIFICATÓRIO, OU SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS, ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL E RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO (APTE 4) - INCONSISTÊNCIA JURÍDICO-ARGUMENTATIVA RECURSAL - DECISÃO MONOCRÁTICA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (APTE 1) - RECURSOS DESPROVIDOS (APTES 2 E 4) - RECURSO PROVIDO (APTES 3).

"Roubo consumado e tentativa de latrocínio - Erro técnico e inépcia da denúncia - Inexistência - (...) Narrados os fatos de forma clara e específica na denúncia, permitindo a adequação típica e, em consequência, o pleno conhecimento da acusação de modo a propiciar a todos os denunciados o, pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, a denúncia atende aos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, não sendo procedente a afirmação de ser inepta ou mesmo de haver erro técnico. (...) (TJPR - 5a C.Criminal - AC 733149-7 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel. Des. Rogério Coelho - Unânime - J. 29/09/2011).

Não há falar-se em ausência de justa causa para o exercício da ação penal, quando o teor probatório dos autos demonstra que os atos de investigação se demonstram suficientes em apresentar provas seguras da materialidade delitiva e indícios veementes da autoria que aponta(m) para os recorrentes.

Se o defensor técnico foi escolhido pelo réu e atuou durante todo o transcurso processual e não sendo apontado nenhum prejuízo ao representado, inclusive no concernente ao contraditório judicial, sem que a nulidade fosse alegada pela própria defesa que à pretensa nulidade deu causa, desassiste-lhe amparo para tal arguição na instância superior.

Desde que os laudos técnicos relativos às hipotéticas lesões corporais sofridas pelos acusados em sede de inquérito policial foi pleiteado apenas em sede de recurso de apelação, quando a instrução processual já estava terminada, recai sobre a própria defesa a omissão e a preclusão do meio de prova, e assim também no que alude ao laudo sobre os medicamentos.

"Os depoimentos policiais devem ser cridos até prova em contrário. Não teria sentido o Estado credenciar agentes para exercer o serviço público de repressão ao crime e garantir a segurança da sociedade e, ao depois, negar-lhe crédito quando fossem dar contas de suas tarefas no exercício de funções precípuas" (TJRJ - AC - Rel. Des. Synésio de Aquino - RDTJRJ 7/287).

Sendo incontroverso que os ilícitos penais já haviam sido consumados antes da intervenção dos agentes da lei, improcede a arguição defensiva de flagrante forjado.

"Recurso de apelação criminal - Furtos qualificados consumados e tentados - Condenação - Impossibilidade, na hipótese - Escassez probatória - in dubio pro reo - Sentença mantida - Recurso não provido. A dúvida se apresentará ao julgador por quantas vezes a acusação não for capaz de produzir provas incisivas e concretas da

efetiva tipicidade da conduta do agente. Precedentes. Um juízo de probabilidade, por mais robusto que se apresente, não legitima, na esfera penal, a certeza absoluta para justificar a resposta punitiva, em face do consagrado princípio do in dubio pro reo. Apelação conhecida e não provida" (TJPR - 5a C.Criminal - AC 834045-0 - Apucarana - Rel.: Jorge Wagih Massad - Unânime - J. 19.04.2012).

Daí o recurso especial, no qual a defesa requereu "*a reforma ou anulação do julgado impugnado, determinando que outro seja proferido nos termos da lei, confrontando as provas apresentadas pelas partes*" (e-STJ fl. 2.271).

Inadmitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte superior por força de agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo **desprovemento** do agravo (e-STJ fls. 2.659/2.661).

É o relatório.

Decido.

O recurso não pode ser conhecido, uma vez que o agravante, de fato, deixou de apontar, **de maneira clara, objetiva e específica**, os dispositivos legais supostamente violados, o que impossibilita a análise das razões do recurso especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

No ponto, adoto a bem lançada fundamentação do Ministério Público Federal em seu parecer, *in verbis* (e-STJ fl. 2.660):

5. E ainda que fosse possível superar tal óbice, o agravo não teria condições de prosperar, nada justificando o processamento do Resp, visto que o ora agravante, nas razões do Recurso Especial de e-STJ fls. 2296/2315, não indicou os dispositivos infraconstitucionais supostamente violados (é insuficiente e não supre o requisito a simples menção aleatória a determinados dispositivos) e o modo como isso supostamente teria ocorrido, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido, confira-se o aresto proferido no AgRg no Ag nº 1.140.012/PR (Rel. Exmo. Sr. Min. Ericson Marinho, Sexta Turma, DJe de 19.12.2014), assim respectivamente ementados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INS-TRUMENTO. PEÇA RECURSAL CONFUSA. DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. FALTA DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA N. 284/SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL –

STF. APLICAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA E O DELITO. TESE QUE IMPLICA NO REVOLVIMENTO DO CON- JUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

- Não se apontou nas razões do especial, de modo claro e objetivo, quais os dispositivos de lei federal infraconstitucionais teriam sido violados pela Corte a quo nem demonstrou de que forma o acórdão recorrido teria dirimido a controvérsia de maneira contrária às suas pretensões, de forma que dificultada a sua compreensão, fazendo in- cidir na hipótese o verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

- O acolhimento da tese de ausência de nexo causal entre a conduta do acusado e o crime de extorsão pelo qual foi condenado implica o revolvimento do conjunto fático-probatório delineado nos autos, o que é inviável em sede de recurso especial ex vi do enunciado n. 7 da Súmula/STJ.

Agravo regimental desprovido." (Grifei.)

Desse modo, por analogia, incide o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal: *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. UTILIZAÇÃO PARA A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE E PARA A NEGATIVA DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. ANÁLISE PREJUDICADA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. Mantida a aplicação da minorante em questão, fica prejudicada a análise do almejado afastamento da substituição da pena, **sobretudo porque o recorrente não apontou, em relação a essa matéria, qual o dispositivo de lei federal teria sido violado, o que atrai a incidência da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.**

4. Recurso especial não provido. (REsp 1509827/BA, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 1/6/2015, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO EM CONCURSO FORMAL COM 03 LESÕES CORPORAIS CULPOSAS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

MALFERIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. Não tendo sido indicado nas razões do recurso especial, interposto com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, o dispositivo legal que supostamente teria sido violado pelo acórdão recorrido, tem aplicação, por analogia, o disposto na Súmula n. 284 do Excelso Pretório.

[...]

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 988.165/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 9/2/2017, grifei.)

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator